



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 8 – Educação do e no campo e movimentos sociais

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM DIREITO A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE E DA CULTURA CAMPONESA, ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DO PRÓPRIO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Kelly de Lima Azevedo – UFRPE/UAG
Ana Figueiredo Rocha – UFRPE/UAG
Elizangela de Araújo Carvalho – UFRPE/UAG
Danielle da Silva Ferreira – UFRPE/UAG

Resumo

O presente artigo aborda a questão da educação do campo, marcada por uma tendência de exclusões e desigualdade, onde a população que vive no campo é considerada atrasada e fora do contexto do mercado de trabalho. A visão do modelo de desenvolvimento no Brasil foi por muito tempo, considerada urbana, excluindo os camponeses e indígenas, não havendo necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas. Esse descaso e exclusão podem ser notados através da situação pela qual passa a educação no meio rural hoje, onde retrata bem esta visão de inferioridade. Diante disso, a problemática que move a pesquisa envolve as concepções de educação e propostas pedagógicas de escolas do campo. Buscamos analisar como foi elaborada a Proposta Pedagógica de uma escola do campo no município de Garanhuns. Tendo como objetivo principal, entender a dinâmica educacional presente na escola do campo no município de Garanhuns. Portanto, será utilizada observação das aulas, análise de documentos e entrevista com pais, alunos e docentes e dessa forma obter dados precisos de como ocorre às práticas educativas na escola do campo e se as mesmas estão de acordo com as necessidades das pessoas do campo.

Palavras – Chave: Educação do campo, políticas públicas e exclusão.

Introdução

O presente estudo parte da necessidade de analisar como é abordada a especificidade da educação do campo na formação dos discentes, a partir da perspectiva de vida desses alunos em benefício de sua comunidade, na busca de melhorias de vida e da multiplicação de sua cultura. Sabe-se que o tema educação do campo foi colocado em

pauta a pouco mais de uma década no contexto educacional brasileiro conforme Kolling, Cerioli e Caldart (2002) dizem:

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal de todos: um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa na dinâmica da sociedade. Como direito não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória: muito menos como mercadoria.

Diante disso, a educação como direito de todos não pode ser tratada como serviço, mercadoria nem muito menos como política compensatória. Os movimentos sociais de cunho rural, com a luta do povo camponês, trouxeram um novo rumo à educação que atenda a especificidade desse público. Segundo Souza (2006) “(...) dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo”. Antes, esta se caracterizava na perspectiva da intitulada “educação rural”. Sob essa concepção e denominação, a educação para os povos camponeses não teve um bom desempenho durante quase um século devido ao seu caráter exploratório, firmado pelo controle político dos ruralistas que, por sua vez, determinavam como deveriam pensar e agir conforme a sua ideologia, (SOUZA, 2006).

Sendo assim, buscamos compreender como é hoje fundamentada a prática das escolas do campo. Selecionamos uma escola do nosso universo investigativo para analisar Como foi elaborada a Proposta Pedagógica de uma escola do campo no município de Garanhuns? Buscaremos também observar se os objetivos da proposta curricular da escola valorizam as práticas socioculturais, contemplando as especificidades do meio rural bem como se o corpo docente da escola tem formação para atuar na escola do campo, considerando seu caráter diferenciado.

Esta pesquisa tem a pretensão de ser desenvolvida numa escola municipal do campo que atenda basicamente o ensino fundamental no município de Garanhuns. Serão envolvidos na pesquisa: os professores, alunos e pais de alunos.

A partir do exposto, objetivamos com esse estudo, refletir como a educação do campo está sendo oferecida ao meio rural. Para isso, pretendemos: Entender à dinâmica educacional presente numa escola municipal do campo no município de Garanhuns, através de observação direta das aulas e análise de documentos (Projeto político

pedagógico e diário de classe); Perceber como a educação está sendo oferecida ao meio rural e se existe políticas pedagógicas voltadas para aquela escola, através da utilização de entrevistas com os professores e aplicação de questionários com os pais e alunos; Analisar que concepção de educação está presente nesta oferta através da interpretação dos dados coletados durante a observação direta das aulas, das entrevistas e questionários realizados com os pais, alunos e professores da escola.

A teoria do desenvolvimento da educação do campo

A população do campo por sofrer exclusões e marginalizações começa a lutar, reivindicar seu lugar social no país, construindo alternativas de resistência econômica, política, cultural, que também incluem iniciativas no campo da educação. Historicamente a população do campo foi marginalizada carregada de sentidos pejorativos como: atrasados, matutos, incapazes, preguiçosos, caipiras, dentre outros. Conforme Arroyo, Caldart e Molina (2009) dizem que: “Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade (...)”.

Sob o ponto de vista histórico o termo Educação do Campo foi incorporado a partir da I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, no ano de 1998, realizada em Luziânia (GO). Entretanto, desde a década de 1930, os movimentos sociais já lutavam em prol de um projeto educativo adequado às características e ao contexto do meio rural, apontando em uma universalização da escola pública. Temas como direito dos povos do campo, políticas de educação valorização das especificidades e superação de políticas compensatórias eram defendidas por esses movimentos.

Ainda nessa linha de pensamento, Arroyo (2009), afirma que a conferência referida acima tinha como objetivo principal “ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país”. Entretanto, o primeiro desafio para ele era “perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta”. Percebemos que foi a partir dessa conferência que a educação, no Brasil, deu um grande salto para a “democracia”, pois o cenário da educação do campo antes dela não revelava ações animadoras.

Outro acontecimento importante foi a II Conferência Nacional: Por uma Educação do Campo, em agosto de 2004, onde:

... definiu-se a ampliação de novos campos de luta para a educação do campo, sinalizando a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Recolocou-se o campo, e a educação na agenda política do país, impulsionada pela luta pela democratização do acesso a terra e à educação, como direito de todos e dever do estado. Com isso, firma-se uma nova agenda política definida na Carta de Luziânia. (SEDUC, 2009).

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2009) “A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa”. Ou seja, a educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, voltada para as necessidades do campo e da região que habitam. Essa perspectiva da educação do campo é exatamente levando em conta a especificidade dos que lá habitam, e que trabalham no campo para que se organizem e assumam a condição de sujeitos rurais, com especificidades singulares e inseridos numa luta por melhores condições de vida e de dignidade.

A prática educativa precisa está vinculada à cultura e às necessidades humanas e sociais. Isso implica dizer que educar é o ato de libertar as pessoas como sujeitos humanos, sociais e políticos. Por isso, se faz necessário que as matrizes pedagógicas possam ser ligadas às práticas sociais, para contribuir e interligar o estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, tendo como base que se a escola do campo for pensada dessa forma, será mais do que uma escola, pois estará abordando uma identidade própria e vinculada a um processo de formação mais abrangente.

Quando é discutido sobre a educação do campo, sejam camponeses, quilombolas, indígenas ou assalariados que estejam vinculados à vida e ao trabalho no meio rural, não basta ter escolas no campo, é preciso e necessário construir escolas do campo, que tenham um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, à história e à cultura daquelas pessoas trabalhadoras do campo.

Criar uma proposta de educação básica que assumisse, de fato, a identidade do meio rural, não só como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo. (ARROYO; CALDUARTE; MOLINA, 2009)

Outro desafio é pensar numa proposta de desenvolvimento e de escola do campo que leve em conta a tendência de superação da dicotomia rural - urbano, que venha superar as contradições sociais, ou seja, compreender que o campo hoje não é apenas sinônimo de agricultura ou de agropecuária.

Hoje um dos problemas do campo no Brasil é a ausência de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2009),

(...) defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Ao contrário, no nosso caso, precisamos de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural, negada aos diversos grupos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não deve ser desigual.

Assim defender políticas públicas exclusivas para o campo, significa fazer com que estes camponeses tenham igualdade social, preservação da sua cultura, dos seus costumes e se mantenha no campo sem precisar migrar para as grandes cidades em busca de uma vida melhor. Ou seja, discutir sobre a questão da proposta de Educação Básica do Campo requer avanços na definição de políticas públicas que a sustentem.

Conforme Souza (2008) relata que: “É por volta da década de 80, com a ampliação do número de ocupação e assentamentos organizados no MST¹, que as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais puderam ser mais visíveis”.

Com o número reduzido de escolas e o trabalho que tinha viés de conteúdos voltados para a ideologia urbana fizeram com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse documentos mostrando as necessidades e as possibilidades da construção de uma política pública de educação do campo, ligadas ao favorecimento dos trabalhadores do campo.

Devido a esses fatores que a educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Essas discussões são frutos das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais. A educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

¹ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido pela maioria do povo como movimento dos sem terra. Este movimento teve origem no Sul do Brasil em 1979, já nos estados nordestinos começaram a se integrar ao movimento em 1986. Movimento este, de caráter político e ideológico que vem sendo apontado como responsável pelo ressurgimento da questão da reforma agrária na consciência nacional. O objetivo do MST é a luta por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade.

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão/ construção de políticas públicas da educação do campo. (SOUZA, 2008)

Perspectiva metodológica a ser executada

Como essa proposta ainda está em sua fase inicial de aplicação, devido a estarmos com apenas duas semanas que estamos aplicando essa pesquisa, a partir de aqui, descreveremos nossos possíveis instrumentos metodológicos e inferências a respeito dos possíveis resultados: A princípio, começamos com as observações na escola, logo em seguida será analisado o Projeto Político Pedagógico (PPP), comparando o que recomenda o PPP e o que de fato é vivenciado. Faremos usos também de entrevistas, com o corpo docente. Serão ainda utilizados questionários aos pais dos alunos e possíveis documentos pertinentes.

Este artigo foi baseado em pesquisas bibliográficas na intenção de produzir uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo que será desenvolvida numa escola do campo, existente no município de Garanhuns-PE.

Os sujeitos que estão envolvidos na pesquisa são 5 professores da escola, 5 alunos e 5 pais dos discentes, para uma análise por amostragem.

Resultados Esperados

Mediante as leituras feitas a respeito do tema e um prévio conhecimento do universo de pesquisa, espera-se conseguir um redirecionamento e um novo olhar para a educação do campo. Nosso interesse por esta pesquisa, parte da inquietação de compreendermos como o aluno do campo que não tem acesso a todos os recursos de uma escola urbana pode ter uma mesma proposta pedagógica, quais as políticas públicas desenvolvidas para o meio rural e conhecermos com o objetivo de acabarem com as desigualdades sociais presentes na da escola do campo.

No nosso universo de pesquisa nota-se que as pessoas do campo estão migrando para estudar nas escolas dos centros urbanos tendo que aderir a ideologia das escolas da

cidade, que são voltadas para o mercado capitalista não valorizando a identidade e cultura dos alunos que oriundos do meio rural. E isso pode ser constatado mesmo com apenas duas semanas de observações das aulas, e de conversas informais com alguns alunos e pais de alunos da escola em questão.

Sabe-se que construir a educação do campo significa formar educadores a partir do povo que vive no campo, pois, não existem sujeitos que compreendam melhor as necessidades da criação da própria política pública, que favoreça a preservação da identidade e da luta por um projeto educativo que identifique e faça com que as pessoas que, moram no campo se reconheçam e reafirmem como sujeitos capazes de aprender, de lutar, de construir uma educação que valorize, enriqueçam e preservem a identidade e cultura de seu povo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINE, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96. Brasília, 1996.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Disponível em: < <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf> > Acesso em: 24 de Junho de 2012.

SEDUC, Secretaria de Estado de Educação. **Educação do e no campo**. Mato Grosso, 27 de Maio de 2009. Disponível em: < http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=194:educacao-do-e-no-campo&catid=27:educacaodocampo&Itemid=79 > Acesso em: 13 de maio de 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf> > Acesso em: 05 de Junho de 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ Vozes: 2006.